

AQUILINO RIBEIRO E A CRÍTICA **- reconstituição de um episódio polémico**

HENRIQUE ALMEIDA

Há na história da literatura portuguesa contemporânea um desencontro entre alguns dos autores mais representativos e o público leitor. Olhando para a montra dos eleitos e tomando como indício a dimensão editorial das últimas décadas, verificamos a existência de um enigma que merece ponderada análise: autores aclamados pelo público coevo e laureados institucionalmente foram relegados para o limbo e estão hoje quase esquecidos. Entre eles, Aquilino Ribeiro (1885-1963) ocupa um dos lugares cimeiros desse injusto esquecimento.

A verdadeira grandeza de Aquilino é reconhecida sobretudo pela geração de leitores que com ele conviveram e puderam assistir à sua proclamação literária. De facto, o percurso do escritor beirão mereceu desde cedo a atenção da crítica, sempre atenta à sua produção de escrita e às suas intervenções públicas, de cariz cívico e cultural. Na investigação académica em torno desta questão, efectuámos exaustivo levantamento sobre o volumoso caudal da bibliografia passiva coeva do escritor, assim ficando com uma panorâmica da consagração institucional que tornou Aquilino um escritor canonizado.

Não se trata aqui de dissecar as relações entre Aquilino Ribeiro e a crítica ao longo da sua carreira literária, assunto, de resto, objecto da nossa atenção noutro enquadramento¹. Contudo, no levantamento histórico-literário efectuado, pudemos recuperar episódios biográficos entretanto caídos da biografia canónica do escritor. Alguns deles dizem respeito às relações de Aquilino com os críticos do seu tempo. E nesse âmbito, há um episódio que, pelas características inéditas, não deve ficar oculto. Ao tornar público este episódio, ocorrido no início da década de vinte, deixamos quaisquer apreciações por conta do leitor. Porventura estas "pequenas coisas de um grande homem"², na

¹ Assunto estudado na nossa dissertação de doutoramento, *Aquilino Ribeiro entre jornalismo e literatura – conformação e canonização da escrita aquiliniana (1903-1933)*, Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 2001.

² Embora em diferente contextualização, servimo-nos da expressão de Gilberto de Carvalho, em *Aquilino Ribeiro: Pequenas Coisas num Grande Homem*, Viseu, 1968.

expressão de Gilberto de Carvalho, possam despertar o leitor para o conhecimento de outras manifestações da têmpera e das tenazes convicções do homem inteiro que foi Aquilino.

1. breve contextualização sociocultural

Estávamos então no ano de 1923. Por entre as ocupações da sua banca de escrita, Aquilino, então com 37 anos feitos, ia participando em muitas actividades de dimensão sociocultural, como pudemos avaliar pela informação recolhida na imprensa da época³. É o caso, por exemplo, da sua intervenção num protesto público. Com efeito, o escritor é um dos signatários do documento dos “Homens de Letras” contra a proibição da peça *Mar Alto*, de António Ferro. Considera que essa era uma forma de exercer a censura. O assunto causou alguma celeuma. Aquilino concede uma entrevista ao *Diário de Lisboa*, na qual se insurge contra os critérios de aferição dos governantes para poderem apreciar moralmente obras de pendor estético. A entrevista era antecedida de palavras elogiosas do entrevistado, nome de vulto dos homens de letras que haviam assinado o protesto para ser entregue ao Presidente do Ministério. O sr. Aquilino Ribeiro encimava a lista dos signatários, por ser “o prosador mais em foco dos nossos dias.”

Para Aquilino, a questão não era apenas de solidariedade, mas sobretudo da afirmação de um movimento de protesto e de defesa de princípios. Transcrevem-se algumas das respostas dadas, nas quais se pode aquilatar a inteireza e frontalidade de Aquilino, bem como a sua concepção dos critérios de valorização crítica e estética:

“...a medida policial é lesiva dos interesses e prerrogativas da classe, uma vez que por este caminho não há livro, não há peça que não possa ser vítima do capricho, bilis, ou veneta do sr. Governador Civil, «mesa censória», num só pé, e de esquadra – vexa-nos e entra nas algibeiras, - as pobres algibeiras dos homens de letras de Portugal. Certo é que esta solidariedade não deriva exclusivamente da razão económica, mas é determinada, também, pela leviana e injustificável medida de que o «Mar Alto» foi objecto...

- *A proibição foi baseada em que a peça era imoral...*

- Perfeitamente e é esse fundamento que nos revolta. Que é moral ou imoral em arte? É capaz de nos dizer «à priori»? Pois sobre o joelho, ao que consta, foi apreciada e julgada a peça de Antonio Ferro. Tinha o sr. governador civil, ou o seu conselho competência literária e filosófica para pronunciarem um tal juízo? É fácil dizer que tal dito, tal situação, tal matéria é pornográfica. Pornográfica, note bem. Mas o critério que pôde simplesmente ajuizar da obscenidade de uma passagem ou de uma peça inteira, não é o

³ De referir que para recolha da documentação referente ao polémico episódio foi precioso o contributo de Amílcar Gouveia, cuja colaboração se agradece.

mesmo que demanda a obra de arte quanto a receber um *veredictum* de moralidade ou imoralidade. Se a peça de Antonio Ferro fosse pornográfica não quebraríamos nós uma só lança... A luva policial podia levar a pureza, que não levantava o nosso reparo. Mas «Mar Alto» será boa, será má, será moral ou imoral – e nunca o é como outras que teem divertido o sr. governador civil e o sr. chefe de policia no seu camarote especial, nacionais e estrangeiros, não está eivada uma só obscenidade ou dito escaroso...»⁴

A entrevista continuava neste tom, dando azo a que Aquilino verberasse a imposição da censura, nos termos em que abusivamente vinha sendo exercida. São de reter estas concepções, quer pela frontalidade assumida, quer pela defesa dos princípios de criatividade artística e da liberalização de consumo dos bens culturais. Envolvendo as respostas num discurso humorístico, quando não irónico, Aquilino prosseguia nas suas ideias:

“ – Abaixo a censura exercida deste modo. Esta censura que apreendeu o livro da sr.a D. Judit Teixeira, que é uma poetisa de valor, o livro de Antonio Boto [,] que é um dos nossos maiores líricos, que proibiu «Mar Alto»[,] é vinadamente odiosa. Se é precisa uma tabela mental para o publico, criem-na educada, responsável, «de toutes pièces». Agora arvorar-se o sr. governador civil, que pôde ser um excelente cidadão, mas de que ainda não vimos um só conceito escrito, de que não conhecemos uma só opinião literaria ou moral, em Pina Manique, passa as marcas para terra de brancos»⁵.

2. as polémicas “notas de um diletante”

Aquilino intervinha muitas vezes desta forma enérgica, com a convicção que lhe advinha da defesa das suas ideias e da afirmação da sua cidadania de homem de letras. Mas nem sempre terá usado apenas a força da sua pena. É o que vamos ver a seguir, num levantamento que tem como objectivo recuperar os acontecimentos tal como foram relatados na imprensa da época. Trata-se de uma ocorrência de facto polémica envolta numa retumbante contenda. Tanto quanto sabemos, nunca o escritor se referiu nas suas memórias a uma briga pessoal com Alfredo Pimenta, crítico literário. Só através de um “processo de acareação” conseguimos auscultar as diferentes versões dessa contenda.

Mas vamos reconstituir o referido episódio. Quando a crítica em geral ia enaltecendo a qualidade de escrita de Aquilino, salientando os seus dotes de exímio prosador e invulgar estilista, eis que surgem nas

⁴ Cf. *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1923, A. 3, nº 702, p. 4.

⁵ *Ib.*

páginas de *O Dia*, a contra maré, palavras ácidas para com o autor de *Estrada de Santiago*, a sua última obra publicada.

O texto, intitulado “Notas de um Dilettante”, era assinado por Alfredo Pimenta. Na quarta parte do artigo, debruça-se o crítico sobre várias das obras de Aquilino Ribeiro. Mas fá-lo de forma particularmente demolidora e de certa forma acintosa. O crítico elogia outros prosadores com “proza de linhas classicas e de sabor grave” ao lado dos quais o caso de Aquilino seria uma mistificação literária. Indo mais longe, conclui: “n’esta epoca, considerar o sr. Aquilino Ribeiro principe do Estylo, como, parece, foi considerado na sua conferencia sobre Anatole France, realisada no Theatro D. Maria, – é um exagero que não pode deixar de ser commentado. O sr. Aquilino Ribeiro é um caso typico de mystificação litteraria. O escriptor Aquilino Ribeiro é uma illusão.”

De seguida, Alfredo Pimenta afirma ignorar onde estará o suposto talento literário do “chronista dos Regicidas, e do parcial e defeituoso cicerone da *Recreação periodica*”. Com base no conhecimento da obra publicada, mesmo não a tendo lido toda, será que é naquilo que ainda não leu “que está o grande escriptor, o escriptor que os affiches dos botequins e os inconscientes dizeres dos reporters acclamam? – interroga-se o crítico. E continuava:

“Póde ser. E espero oportunidade para, conhecedor d’esses dois volumes, modificar ou ratificar o meu juizo. Por ora, penso que o sr. Aquilino Ribeiro, sem ser inteiramente inferior, é, uma vez que o collocaram no plano em que o vêmos, uma authentica mystificação. Deixa-me pasmado este barulho de gralhas que acompanha o nome do sr. Aquilino Ribeiro, cuja obra, sendo, como estylo, pobre, é, como conjuncto thematico, de uma banalidade insupportavel...”⁶

Passados escassos quatro dias após a publicação do artigo, estala o verniz... A avaliar pelo relato constante no mesmo periódico onde o texto fora publicado, o delito de agressão teria ocorrido da forma a seguir transcrita:

“Quando esta tarde subia o Chiado o nosso presado e illustre amigo sr. dr. Alfredo Pimenta, o escriptor sr. Aquilino Ribeiro vibrou-lhe uma bengalada de que resultou um ferimento que foi pensado no Posto da Misericordia.

O sr. dr. Alfredo Pimenta seguiu depois para sua casa, onde recebeu as maiores demonstrações d’ apreço de muitos dos seus amigos.”⁷

⁶ Cf. *O Dia*, de 11 de Abril de 1923, n.º 2034, Ano 24, pp. 1 (col. 5 e 6) e 2 (col. 1).

⁷ In *O Dia*, n.º 2038, 16 de Abril de 1923, p. 2 (col. 4).

Não eram feitos outros comentários. Os leitores julgariam o acto apenas pela suposta descrição objectiva e factual. Avaliariam por si a atitude do contendor. Foi necessário esperar pelo dia seguinte para haver uma tomada de posição, mas agora sancionada pelos testemunhos de outros relatos publicados na imprensa diária. O texto mais extenso, a seguir transcrito, não será por nós interrompido. Além de outras razões, a peça procura fundamentar a veracidade das afirmações através da comparação de vários outros testemunhos, embora possamos admitir que a selecção não tenha sido de todo inocente. Com o título “Dr. Alfredo Pimenta – A agressão de h’ontem”, podia ler-se:

“O illustre escriptor sr. dr. Alfredo Pimenta criticou, no uso pleno do seu direito, nas suas Notas de um diletante, neste jornal, a obra e a personalidade litteraria do escriptor sr. Aquilino Ribeiro, a proposito da sua ultima conferencia no Teatro Nacional. Se essa critica era aspera e violenta, o sr. Aquilino Ribeiro podia, nos jornais onde escreve, responder-lhe no mesmo tom. Mas nada offensivo tinha sido dito pessoalmente pelo sr. dr. Alfredo Pimenta àquele escriptor e, portanto, não podia este legitimamente tomar da sua critica um desforço pessoal.

Não o entendeu assim o sr. Aquilino Ribeiro: e hontem, ao entardecer, quando o sr. dr. Alfredo Pimenta, sobraçando os seus livros e nem sequer levando bengala subia despreocupadamente o Chiado – como, quasi ao fechar-se este jornal ainda pudemos noticiar – sentiu-se violentamente aggredido com uma bengalada na cabeça, d’ onde logo jorrou o sangue das bréchas abertas pela pancada, nem sequer sabendo, até que lh’o disséram amigos que passavam, quem o tinha aggredido e que, aliás, nem de vista conhecia!

Pensados os ferimentos no Posto de Misericordia, o sr. dr. Alfredo Pimenta, conduzido ao Governo Civil, para onde fôra levado, detido, o seu aggressor, declarou com nobresa, não querer ser parte contra este, que assim só terá que responder ás contas que lhe pedir a justiça criminal.

Se este precedente passasse sem protesto e viesse a constituir regra, a critica litteraria teria acabado para os que se não dispuzessem a exercer-la com o risco de successivas aggressões d’ aquelles que criticassem.

Sobre o facto diz hoje e com muita razão e graça *A Republica*:

“Mas se a critica litteraria passa a desabrochar em scenas de pugilato, todo o escriptor tem de armar em... Camões.

N’ uma das mãos, a penna

... Na outra, a espada...

Ou o marmelleiro. Mais prosaico, mas mais proprio dos tempos que vão correndo”.

No mesmo sentido se pronunciou o *Correio da Manhã*, e *O Dia* perfilha estas suas justas e indignadas palavras:

“Isto nem é digno da posição social e da categoria litteraria do sr. Aquilino Ribeiro, nem se justifica, como já notámos, pela natureza das

referencias que lhe foram feitas no artigo d' *O Dia* e o processo empregado não se desculpa sequer pela desvantagem physica do agressor, cuja robustez não é certamente inferior à do sr. Alfredo Pimenta.

Quando um homem que usa uma penna lança mão de semelhantes meios para se desforçar de méros ataques litterarios, ou antes, para suffocar a critica na pessoa dos que a exercem, como poderá o escriptor, o jornalista, o homem de pensamento reivindicar as suas liberdades deante da brutalidade de um boçalão qualquer, deante da demagogia das ruas ou ainda perante as violencias do poder?

Não em nome das nossas affinidades politicas ou da nossa amizade pessoal com o sr. dr. Alfredo Pimenta, mas em nome do direito de escrever a criticar, rude e inadmissivelmente offendido, na pessoa do illustre publicista, por quem tinha particular obrigação de respeitar a profissão litteraria, protestamos com todas as véras contra a aggressão de que foi victima o distincto chronista d' *O Dia*.

Também *O Mundo*, que é bem insuspeito de sympathia pelo sr. dr. Alfredo Pimenta e é amigo, como ainda hoje o declara, do sr. Aquilino Ribeiro, reprova o que se passou e diz, depois de dar como injusta a critica do sr. dr. Alfredo Pimenta à obra do sr. Aquilino Ribeiro:

“Mas o que é tambem verdade é que se se estabelece a pratica de responder com sopapos às criticas desagradaveis, a liberdade de opinião fica reduzida a um sport perigoso, restando apenas aos escriptores, como único recurso, confederarem-se em cooperativa... de elogio-mutuo. Somos insuspeitos dizendo isto a proposito do pugilato que hontem à tarde sobressaltou, por momentos, as elegancias do Chiado: ao sr. dr. Alfredo Pimenta quasi que não dispensamos se não pancada, jornalisticamente falando, é claro, e de Aquilino Ribeiro, além de admiradores, somos amigos”.

Diz o nosso illustre collega *A Epoca*:

“Ignoramos qual foi o motivo da aggressão, mas não estaremos longe da verdade julgando que tenha sido uma apreciação que do litterato sr. Aquilino Ribeiro fez o sr. dr. Alfredo Pimenta, n' *O Dia*. Sendo assim, protestamos energicamente contra esse acto de força, de que foi victima o nosso presado amigo e que em nada honra a mão que o exerceu, porque tinha ao seu dispôr, para se defender, uma pena”.

Ainda é consoladora, nos tempos que correm, esta attitude da imprensa de varios matizes politicos, defendendo as immunidades da critica jornalística, litteraria ou politica, que parecem estar, como se viu no deploravel incidente d' hontem, tristemente esquecidas até pelos que mais interessados seriam, pela situação que occupam nas letras, em reivindicar-as e mantel-as contra os que pretendessem restringil-as sob a ameaça dos conflitos pessoases.

O sr. dr. Alfredo Pimenta é um escriptor fortemente combativo, por vezes aspero, mas nunca o vimos entrar na discussão da vida pessoal ou privada d' aquelles que discute.

Pois contra elle não se tem seguido, frequentes vezes, a mesma pratica e não se tem limitado a discutil-o na sua vida litteraria ou politica, mas tem cruelmente e abusivamente entrado nos dominios do que é inteiramente vedado à critica transpôr. Pois nem assim o distincto escriptor tem apelado

para as scenas de pugilato ou para as aggressões como desforço. A sua grande arma é a sua penna. A única!

Esta attitude basta para ennobrecel-o aos nossos olhos e tornal-o, na sua incançavel labuta de trabalhador do pensamento, digno da sympathia que lhe notamos e que n' esta conjunctura, com as mais expressivas affirmações da nossa estima e da nossa solidariedade, protestando energicamente contra a aggressão que o attingiu, muito nos apraz e temos como grato dever de camaradagem, demonstrar-lhe aqui”⁸.

3. a repercussão pública do caso

O caso prometia. Mas como nem todos aduziam os mesmos argumentos, o periódico sente-se na obrigação de reiterar os juízos formulados, desta vez dando voz ao “lesado”. Na edição do dia seguinte, transcreve-se o teor da carta escrita por Alfredo Pimenta e dirigida ao *Correio da Manhã*. Para que não restassem dúvidas, o relato é agora transmitido na primeira pessoa, apoiado por considerável efeito persuasivo:

“O distincto escriptor e nosso prezado amigo sr. dr. Alfredo Pimenta que continua ainda em sua casa no tratamento dos ferimentos recebidos na aggressão deante – hontem, tendo recebido innumeros testemunhos de consideração e de interesse pelo seu restabelecimento, dirigiu ao *Correio da Manhã*, uma carta, na qual rectificando a versão do *Seculo* de que houvesse scena de pugilato e explicações com o seu aggressor, assim conta o incidente:

“Subia eu o Chiado, por volta das 4 horas da tarde, em direcção ao *Correio da Manhã*, levando debaixo do braço um pacote de livros, quando, por alturas da Portugal – Brazil, e do meio da gente que áquela hora descia o passeio, ouvi um grito, e senti uma paulada na cabeça. Sem monoculo, o sangue innundando-me os olhos atordoados, mal distinguindo a rua, as pessoas e a luz estive, cambaleante, na rua, até que pessoas amigas, amparando-me, me levaram á Pharmacia Durão, onde não poderam curar-me, e, a seguir, me metteram n'um automovel que me transportou ao posto da Misericordia.

Quem me aggredu? Disseram-me que foi a pessoa que o *Seculo* e os outros jornaes citam. E no Governo Civil, confirmaram-me o dito. Eu não conhecia pessoalmente, nem de vista, o individuo em questão. Se algum dia reparei na sua obra, nunca me preocupou a sua pessoa.

E ainda estou sem conhecer: pode, amanhã, sentar-se ao meu lado n' um electrico, ou dirigir-se-me, que eu não sei de quem se trata – pois a bengalada, veiu, sem eu a esperar, sem que ninguem me fizesse qualquer pergunta. Se,

⁸ Cf. *O Dia*, n.º 2039, 17 de Abril de 1923, pp. [1] (col. 6) e 2 (col. 1). Transcreve-se na totalidade a extensa notícia, visto incluir o ponto de vista de outros periódicos, de forma a permitir uma espécie de “processo de acareação”, como já referimos.

depois de eu estar ferido, me dissessem que o ferimento provinha de um ferro que tivesse cahido do alto, - eu acreditava.

Foi assim que o caso se passou. Se o *Seculo* inventou a historia da exprobação, e das explicações que não satisfizeram, para collocar bem a pessoa que me aggredu, não conseguiu o seu fim, porque às 4 horas da tarde, no Chiado, anda muita gente”⁹.

Também o *Diário de Lisboa*, jornal “afecto” a Aquilino, não podia ignorar o assunto, dada a repercussão pública do caso. Mas teve a precaução de o fazer sem se pronunciar a favor de qualquer das partes envolvidas; pelo menos intencionalmente... O critério de neutralidade foi expresso nestes termos:

“A redacção do "Diario de Lisboa" absolutamente alheia ao incidente literario que levou o illustre escritor sr. Aquilino Ribeiro a desforçar-se do distinto publicista sr. Alfredo Pimenta, não foi a casa deste ultimo senhor cumprimentá-lo, nem mandou informar da sua saude, ainda que lhe seja muito grato saber que o autor da "Minha Saudade" se encontra melhor dos seus padecimentos.”¹⁰

Dados os esclarecimentos necessários, o jornal declara-se alheio à polémica. Só que o processo não estava terminado. O mesmo *Diário de Lisboa* ver-se-ia obrigado a voltar ao assunto, ao publicar dali a uns dias uma carta do queixoso, Alfredo Pimenta, bem como a aguardada versão do réu visado na desavença, o escritor Aquilino Ribeiro. Vejamos porquê.

O primeiro dirigiu uma “carta ao director”, na qual expressava a sua indignação pela forma como o *Diário de Lisboa* quisera manter-se isento e alheado do caso, quando, afinal, um jornalista da casa tivera uma conversa telefónica com ele. Não podia, portanto, desmentir o que ficara implícito nesse contacto. Era o seguinte o teor da carta assinada por Alfredo Pimenta:

“Sr. Director:

Que o *Diario de Lisboa* queira manter-se alheio a incidentes literários, concordo. Mas que o *Diario de Lisboa* me desminta, acho mal. Nem eu, senhor director, podia ter qualquer especie de empenho em que o *Diario de Lisboa* fizesse esta coisa banal e corrente entre gente educada: saber como está de saúde quem foi vítima de uma agressão brutal e traiçoeira. No que se passou não devia V. ver um incidente pessoal, mas alguma coisa de mais grave, de mais sério e de mais delicado. V. não o vê. Paciência. Viu-o [o] *Mundo*, meu adversário irreductivel. Viu-o o Sr. José Sarmiento que em tempos, na *Manhã*, me tratou com violências sem limites, e, agora vem até junto de mim, esquecendo o que me disse, protestar contra a agressão. O

⁹ In *O Dia*, n.º 2040, 18 de Abril de 1923, p. 2 (col. 1).

¹⁰ In *Diário de Lisboa*, 18 de Abril de 1923, n.º 623, Ano 3º, p. 1, col. 4.

Diário de Lisboa, que eu considerava um jornal diferente, vem declarar que não mandou saber de mim - como se isso fosse um crime!

Eu suponho o Sr. Álvaro de Andrade um homem de bem. Ele não negará que ao fim da tarde de segunda-feira, me telefonou, em nome do *Diário de Lisboa*, a saber de mim.

Agradei, e perguntei quem falava. "Álvaro de Andrade!" – me respondeu. E depois de eu dizer, em poucas palavras, como estava, s. ex^a perguntou "foi pelas costas, não foi?"

Eu que ainda não sabia bem como a agressão se efectuara, respondi "não [...] porque eu estou ferido na frente". O sr. Álvaro de Andrade desejou as minhas melhoras, eu de novo agradei ao sr. Álvaro de Andrade e a toda a redacção, os seus cuidados e deslignei.

Quando, ontem, me pediram que desse os nomes de quem não me esquecera neste momento, eu mandei incluir o nome do *Diário de Lisboa*. Se alguém abusou do nome do seu jornal, não fui eu. E por isso acho muito singular, dadas as nossas relações pessoais, que v. me tivesse desmentido. Apelo para a lealdade de v. e peço-lhe o favor de publicar esta carta no seu jornal.

De v. etc.

Alfredo Pimenta"¹¹

Perante estas declarações, o jornal não podia deixar de responder, visto o assunto merecer novo comentário. A resposta é dada na mesma coluna e com o mesmo destaque da carta publicada. Em "defesa da honra", o director do *Diário de Lisboa* esclarece o que se terá passado e contesta as declarações de Alfredo Pimenta:

"Escusava o ilustre signatario desta carta de apelar para a nossa lealdade, a fim de que ela fosse publicada, visto que o simples respeito pela verdade gostosamente nos levaria a isso.

O *Diário de Lisboa* decidiu conservar-se inteiramente alheio ao conflicto que se levantou, entre os srs. Aquilino Ribeiro e Alfredo Pimenta, sem que com esta atitude quizesse melindrar qualquer dos dois.

O facto de, no *Correio da Manhã*, ele aparecer incluído entre as pessoas e jornais que se interessam pela saúde do autor do *Livro da minha saudade*, levou-nos a escrever o eco que ontem publicámos.

Álvaro de Andrade, sem se sentir diminuído nas suas qualidades de homem educado, não pediu qualquer ligação telefonica para o *Correio da Manhã*.

Reservando-se o direito de apreciar o que se passou entre os dois notáveis escritores, dentro dessa apreciação entendeu não enviar cumprimentos nem a um nem a outro.

Houve alguém que usurpando o seu nome, quis iludir o sr. Alfredo Pimenta?

Não existe a sombra de duvida a tal respeito. Ele não tem culpa disso. De resto, nunca poderia falar em nome do *Diário de Lisboa*, para o que não estava autorizado, mas em seu proprio nome.

Não deve, portanto, o sr. Alfredo Pimenta afirmar que acha muito mal que o desmintam. Se restabelecer os factos na sua exactidão envolve um

¹¹ In *Diário de Lisboa*, 19 de Abril de 1923.

desmentido, a verdade exige-nos este pequeno sacrificio para evitarmos um outro muito maior – consentir que nos atribuam uma acção que não praticamos.”¹²

4. a versão de Aquilino, no uso do *direito de defesa*

No meio de toda esta emaranhada contenda, faltava a versão do *arguido*. Logo que foi recebida na redacção a carta de Aquilino, imediatamente a Redacção do jornal a transcreveu na primeira coluna da primeira página, sem quaisquer comentários. A encimar o texto, apenas a informação: “Do ilustre escritor Aquilino Ribeiro recebemos a seguinte carta”. Como documento praticamente inédito, também nós aqui a transcrevemos:

“Meu prezado amigo:

Em nome das tradições do seu jornal, tão acolhedor a todas as defesas, rogo a v. se digne publicar esta carta.

Num jornal da manhã, que só hoje me mostraram, salta-me pela frente um *quidam* a terçar ferro pela liberdade de crítica que, pretensamente, eu ofendi há dias numa ocorrência da rua Garrett. Para tanto, arroga-se a qualidade de crítico e de escritor, que eu peço perdão de ignorar e continuar ignorando até o dia em que luza títulos de letrado aos meus olhos, e não apenas titulo de visconde.

Na carta deste senhor, seja por malícia ou simplicidade de espirito, novamente vejo emitido o juízo errado que corre mundo sobre a desafronta que julguei indispensável tirar dum indivíduo que me ultrajou. E esse juízo consiste em proclamar que pretendi castigar uma liberdade de crítica. Crítica? Mas é crítica afirmar que toda a minha obra não passa de mistificação, sem dizer por quê? E' crítica escrever que andei a apanhar do chão as pontas de cigarro de Anatole France, para compor a palestra do Nacional, sem outra forma de processo? E' crítica apostrofar os meus admiradores de estúpidos ou de hipócritas, sem trazer uma justificação da injúria? Não é, não pode ser. Mas se é, se os escritores da minha terra- venham embora da direita ou da esquerda – srs. Raul Brandão, Fernando de Sousa, Afonso Lopes Vieira, Julio Dantas, conde de Sabugosa, Antero de Figueiredo, Malheiro Dias, Augusto Gil, Antonio Sergio, Agostinho de Campos, etc., etc., todos quantos prezam a dignidade de pensamento, se pronunciarem afirmativamente, eu prometo ir como reu, pés descalços e baraço ao pescoço, ante «o nobilissimo character, a intelligencia esclarecida, o alevantado da alma» do articulista violentado. Mais, se em boa consciencia declararem que me ficava, nos termos da cortezia e da dignidade, plataforma para a réplica, depois da ofensa, eu protesto quebrar a minha pena, que sempre se manteve honrada, independente, que nunca serviu a ninguem, que nunca pilhou um periodo, eu protesto quebra-la para nunca mais.

Tenho a certeza que me honra o facto de não me negar a reconhecer que fosse exagerada a intensidade fisica em que casualmente se traduziu a minha

¹² *Ib.*

justa indignação; e, agora, na calma do meu espírito, lamento o grau de violência material que tomou o meu desforço, mas apenas esse. Quanto a armar-se alguém, contra mim, em paladino da liberdade de pensamento, é puro tartufismo. Agradecendo-lhe a publicação desta carta, me subscrevo,

De v. etc., *Aquilino Ribeiro*¹³.”

Desta forma justificava Aquilino o acto cometido. Nada haverá a acrescentar da nossa parte. Ao tempo, dada a repercussão pública do episódio, outros periódicos vieram à liça manifestar-se, com maior ou menor neutralidade. A revista *De Teatro*, por exemplo, no número de Abril, preferia passar por cima do acontecimento, limitando-se naquela ocasião a salientar as qualidades do seu “ilustre colaborador” e a manifestar “plena admiração”. Tanto bastava. Era por certo embaraçoso pronunciar-se sobre o incómodo assunto. Por isso a ele aludia vagamente, nos seguintes termos:

“Um conflito que nos abstermos de comentar por não caber na índole da nossa revista, focou a prestigiosa figura literária deste nosso ilustre colaborador.

Apraz-nos n'esta hora significar a plena admiração que nos merece o lexicon riquíssimo e elegante do mais forte prosador da nossa idade; verdade esta que justamente anda nas bôcas do mundo e que compartilhamos conscientemente com conhecimento total das preciosas joias que são: “Jardim das Tormentas”, “Via Sinuosa”, “Terras do Demo”, “Filhas de Babilónia” e “Estrada de Santiago”¹⁴.

Enfim, a polémica ficou por aqui. Só muito esporadicamente o assunto ressurgiu na imprensa e, mesmo assim, envolto em subtilidades de linguagem que escapam ao leitor sem conhecimento de todas estas peripécias¹⁵. Com o resultado desta pesquisa documental, julgamos ter trazido novos elementos à biografia canónica do escritor. Afinal de contas, estas facetas desconhecidas fazem parte do homem todo que foi Aquilino Ribeiro.

¹³ In *Diário de Lisboa*, 20 de Abril de 1923.

¹⁴ Cf. *De Teatro*, Abril de 1923, nº 8, A. I, série 2, p. XXIV.

¹⁵ São conhecidas outras contendas do género, embora provenientes de desaguisados sem consequências de monta. Algumas tiveram lugar na fase tardia da vida do escritor. Armindo Rodrigues lembra duas peripécias, por si testemunhadas, e relata-as no seu livro de memórias. Numa delas esteve envolvido Ribeiro da Fonseca, a quem Aquilino desferiu “um murro de tal violência, mormente por ser de um velho de mais de sessenta anos, que a par dele seria um mimo um coice da mula do Malhadinhas”... Cf. Armindo Rodrigues, *Um Poeta Recorda-se – memórias de uma vida*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, pp. 247-248.